

**ATA DE Nº 79 DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SECCIONAL DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCÃO DE MATO GROSSO**

Data: 27 de abril de 2007, 15:00 horas

Local: Sede da OAB-MT

Presenças: Presidente Francisco Anis Faiad; Vice-Presidente José Antônio Tadeu Guilhen; Secretária-Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira; Secretário-Geral Adjunto Daniel Paulo Maia Teixeira; Tesoureiro Hélcio Corrêa Gomes. Conselheiros Estaduais: Ana Lucia Steffanello, Bruno Homem de Melo, Eder Roberto Pires de Freitas, Edílson Lima Fagundes, Fábio Arthur da Rocha Capilé, Fabio de Sá Pereira, Humberto Silva Queiroz, Joacir Jolando Neves, João Carlos Brito Rebello, João Manoel Júnior, José Moreno Sanches Júnior, José Patrocínio de Brito Júnior, Luiz Carlos Moreira de Negreiro, Marco Aurélio de Martins e Pinheiro, Marden Elvis Fernandes Tortorelli, Osvaldo Antonio de Lima. Conselheiros Estaduais Suplentes: Albino Ramos, Antonio Carlos de Souza, Daniel da Cruz Muller de Abreu Lima, Fabiana Curi, Felício Hirocazu Ikeno, Marco Antônio Dotto e Seila Maria Álvares da Silva. Conselheiros Federais: Almino Afonso Fernandes, Francisco Eduardo Torres Esgaib e Ussiel Tavares da Silva Filho; Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados: João Vicente Montano Scaravelli. **Item I e II – Abertura e verificação do quorum.** O Presidente, depois de verificar o *quorum*, declarou aberta a Sessão. **Item III - Leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior.** Aprovada, por unanimidade. **Item IV – Comunicações da Presidência.** O Presidente agradeceu a presença da Dr^a Gláucia Anne Kelly Rodrigues do Amaral – Presidente da Associação dos Procuradores de Mato Grosso, do ex-Conselheiro Estadual Lorivaldo Fernandes Stringheta, do ex-Conselheiro Federal Elarmim Miranda e do presidente da Comissão de Direito Penal e Processo Penal Ulisses Rabaneda. Comunicou a justificativa de ausência dos Conselheiros Darlã Martins Vargas, Cleverson de Figueiredo Pintel, Alex Sandro Sarmiento Ferreira, Pedro Martins Verão, Betsey Polistchuck de Miranda, Maria Aparecida Alves de Oliveira Leite e Pedro Marcelo de Simone. O presidente solicitou um minuto de silêncio pela morte da advogada Andréa de Carvalho Furtado Pereira, que era sócia do Conselheiro Felício Hirocazu Ikeno, e foi assassinada no município de Tabaporã. Sobre esse assunto, o presidente registrou agradecimento ao Conselheiro Luis Carlos Moreira de Negreiro, que representando a OAB, esteve em Tabaporã a fim de dar todo apoio e tomar as providências necessárias aos esclarecimentos dos fatos. Fez uso da palavra o Conselheiro Felício Hirocazu Ikeno, dizendo da sua indignação com relação ao motivo fútil que culminou no crime brutal, cometido por pessoa que exerce função pública de policial e que deveria fazer cumprir a lei, demonstrando um desequilíbrio e um despreparo total. O Conselheiro Federal Ussiel Tavares da Silva Filho solicitou a palavra e informou que esteve no Tribunal de Justiça e no Comando Geral de Polícia Militar requerendo providências quanto a esse crime brutal e finalizou sugerindo que a OAB/MT faça um movimento de repúdio. Nesse momento adentrou a Sessão o Senador da República Pedro Simom que, após os agradecimentos da mesa pela sua visita, fez uso da palavra dizendo da sua satisfação em estar mais uma vez presente nesta Seccional e frizou que é muito importante a posição da OAB hoje no cenário nacional, que permanece como grande entidade representativa e possui preocupação com o social e com a vida brasileira. Iniciou suas ponderações dizendo que o Brasil é o país da impunidade, pois nunca sabemos se a sentença será comprada ou não. O Senador se referiu a “Operação Furacão”, que prendeu magistrados, empresários, procuradores da república, entre outros, acusados de envolvimento

numa quadrilha para o crime organizado. Foi taxativo ao tratar da crise do judiciário brasileiro, que segundo ele, há uma grande preocupação com relação ao momento nacional. O senador enfatizou, no entanto, que o próprio judiciário têm contribuído para agravar o atual quadro, ao adotar decisões equivocadas em relação às pessoas presas naquela operação. Criticou tratamentos diferenciados e libertação de acusados, dizendo que só o pobre e o “ladrão de galinha” vão para a cadeia, pois quem é importante, sabe que com ele não acontecerá nada, e comparou a situação ao “dramático momento” do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Que por muito tempo se acusou o parlamento brasileiro pelas mazelas nacionais e que uma das maiores críticas da sociedade era contra o espírito corporativo da Câmara dos Deputados e do próprio Senado, que não permitiam que senadores e deputados fossem processados. Que antigamente o Supremo encaminhava a denúncia para o Parlamento, que sequer tinha coragem de negar o andamento do processo: engavetavam e por lá ficava. Que nesse sentido a OAB Nacional, na pessoa do seu presidente, tem tomado providências no sentido de cobrar soluções e que hoje não é mais preciso pedir licença, mas que o Supremo está deixando a desejar. Que apesar disso, ele é otimista e considera que o Brasil tem uma grande oportunidade para tirar proveito dessa crise. Ouvido atentamente pelos Conselheiros e demais advogados presentes, o Senador elogiou o papel institucional da Ordem, que sempre cobrou providências por parte do judiciário no tocante aos grandes temas de interesse nacional. Pediu que os profissionais da advocacia atuassem com ética e na defesa dos interesses da democracia e das instituições nacionais. Observou que a Constituição brasileira é sábia e determina que todo e qualquer cidadão precisa de um advogado em sua defesa, porém lamentou que muitos grandes advogados estejam se associando ao crime organizado, na defesa dos seus clientes. Alertou o senador que as quadrilhas hoje no Brasil são formadas por senadores, deputados federais, desembargadores, bispos, entre outros, copiando a história da velha Itália. Finalizou, dizendo que a classe deve ter muito orgulho da OAB, pois é uma grande corporação. Nesse momento, o Vereador por Cuiabá Dilemário Alencar fez uso da palavra para entregar ao Senador Pedro Simon uma “Moção de Aplausos” outorgada pela Câmara de Vereadores de Cuiabá. O presidente Francisco Faiad agradeceu imensamente a visita do Senador, que se retirou da sessão nesse momento.

Item V – Inversão de Pauta - PROCESSO Nº 202/99 – Inscrição Originária. (dispensa do pagamento de anuidades). REQUERENTE: Margaret Rose Corrêa da Costa (procurador Rômulo Augusto Corrêa da Costa). REQUERIDO: ex-offício. RELATORA: Seila Maria Álvares da Silva. A relatora fez a leitura do relatório e voto, recebendo o recurso e lhe dando provimento, em conformidade com o artigo 44 da Lei 8.906/94, c/c com o artigo 1º, Inciso III da Constituição Federal, assegurando a continuidade dos benefícios prestados, com base no artigo 2º, Inciso III do Provimento Nº 111/06 do Conselho Federal. Em discussão e votação, aprovado a unanimidade o voto da relatora. Nesse momento adentrou a Sessão o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Desembargador Rubens de Oliveira Filho, que após os agradecimentos da mesa pela sua visita, fez uso da palavra dizendo da sua imensa satisfação de retornar a essa casa, da qual foi presidente por dois mandatos e da qual se retirou para ocupar uma vaga no Quinto Constitucional, representando a OAB. Falou da necessidade da OAB se fortalecer cada vez mais, por ser o ponto de referência na sociedade matogrossense e se sente grato por ter feito parte dessa casa. O presidente Francisco Faiad agradeceu e informou que a OAB está vivendo um momento de bom relacionamento com a diretoria do Tribunal de Justiça e que conta com a ajuda do Desembargador, enquanto representante do Quinto da OAB no TJ. O Conselheiro Federal Ussiel Tavares agradeceu a presença do Desembargador e disse que tem visto uma nova mentalidade no Tribunal de Justiça, que em tão pouco tempo da administração atual, a OAB nunca esteve tão presente no TJ como agora e espera que nessa gestão também sejam

sanados os demais anseios da classe em relação ao respeito e à valorização do advogado. A Conselheira Fabiana Cury fez uso da palavra e após os cumprimentos, falou ao Desembargador que, quando da solicitação sobre informação do andamento processual no poder judiciário, os advogados têm sido muito mal atendidos e falou também da necessidade de crescimento da sensibilização desses servidores, sugerindo que se faça palestras, cursos e ou treinamentos na área humana para os servidores do judiciário. O Desembargador disse que estudará a sugestão. A Conselheira Seila Maria Álvares da Silva indagou o Desembargador se o expediente até as 19:00h (dezenove horas) se estende às Comarcas do interior, sendo informada pelo Desembargador que por enquanto este expediente ainda está restrito ao Tribunal de Justiça da capital. A Conselheira Ana Lúcia Stefanello fez uso da palavra e após os cumprimentos, falou sobre os oficiais de justiça que atuam na comarca de Sorriso, que são remunerados, porém vêm cobrando “porcentagens” dos advogados. Que a classe dos oficiais de justiça é uma classe sem gerenciamento, deixando a sociedade desestimulada a bater às portas do judiciário. Que o Ministério Público tem atuação efetiva, principalmente na área de família, como no caso dos inventários, porém juízes têm invertido seus papéis e barrado o andamento desses processos com pretensões infundadas, uma tutela exacerbada do Ministério Público, disse ela. Que as dificuldades de intimação, quando se trata da fazenda pública são enormes, vez que não se admite intimação por carta, mas tão somente pessoalmente, e que por conta disso, se retarda por até 3 (três) anos os processos de inventário e que, se normatizasse esses procedimentos, seria uma medida para dar retorno à sociedade. O Secretário Geral Adjunto Daniel Paulo Maia Teixeira fez uso da palavra agradecendo ao Desembargador pela forma prestativa com que o Tribunal de Justiça tem recebido a OAB. O Secretário então se dirigiu ao Desembargador afirmando que os Juizados Especiais, prestam um relevante serviço à sociedade, pequenas empresas e a população de baixa renda, além de terem se tornado um grande mercado de trabalho para os advogados, em dias de honorários “minguados” e de grande concorrência. Por tais razões pediu o Secretário que se desse mais atenção principalmente aos juizados do centro tanto ao cível, quanto ao criminal que há mais de cinco anos tem acúmulo de processos e falta de material humano e infraestrutura organizacional e cobrou uma posição do Tribunal de Justiça com relação a essa situação de calamidade. O Conselheiro Felício Hirocazu Ikeno requereu a palavra e passou às mãos do Desembargador Rubens de Oliveira Filho, cópia do requerimento encaminhado ao Desembargador Paulo Lessa, presidente do TJ, onde requer providências quanto ao assassinato da advogada Andréa de Carvalho Furtado Pereira, em Tabaporã e pediu uma atenção especial ao assunto. O Conselheiro Luis Carlos Moreira de Negreiro indagou o Desembargador sobre o Diário da Justiça Eletrônico, quanto à data da sua implantação, tendo o Desembargador respondido que a partir de 04/07/07 estará em pleno funcionamento. O Dr. Ale Arfux Junior fez uso da palavra e sobre o assunto abordado o Desembargador argumentou que a figura do Juiz Substituto de 2º Grau no Tribunal é em substituição aos desembargadores, quando da ausência dos mesmos e que quando não houvesse a quem substituir, esses juízes seriam colaboradores no Tribunal, pois a “Vara” em que eles são titulares é no Tribunal e anunciou a criação também dos juízes auxiliares para as comarcas de Entrância Especial em Rondonópolis, Cuiabá e Várzea Grande. O Conselheiro Marco Antonio Dotto fez uso da palavra e questionou a relação de competência territorial, como exemplo citou a comarca de Chapada dos Guimarães que detêm jurisdição sob os municípios de Planalto da Serra e Nova Brasilândia e que Campo Verde dista 70KM em direção a estas cidades, portanto deveriam estar sendo jurisdicionadas por Campo Verde. Também sobre essa questão sugeriu a citação nos municípios vizinhos, o que poderia ser possível através de uma resolução a ser criada pelo Tribunal de Justiça. O presidente Francisco Faiad disse que vai propor essa sugestão por escrito ao Tribunal de Justiça. Finalizando a palavra, o Desembargador Rubens de Oliveira

Filho agradeceu a todos que participaram do debate e se retirou da sessão. Continuação da Pauta. **PROCESSO Nº 7.367/04. Inscrição Suplementar. REQUERENTE: Eliane Eustaquio Duarte. REQUERIDO: ex-offício. RELATOR: Daniel da Cruz Muller de Abreu Lima.** Retirado de Pauta. **PROCESSO Nº 8.909/05 - Inscrição Originária (cargo incompatível). REQUERENTE: Claudiane Barkoski. REQUERIDO: ex-offício. RELATOR: Albino Ramos.** O Relator fez a leitura do relatório e voto que julgou procedente e opinou pelo deferimento com incontinente licenciamento da inscrição, com base no artigo 12 do EAOAB, dando ciência à Requerente do artigo 156 do Regimento Interno da OAB. Em discussão, o Conselheiro Éder Roberto Pires de Freitas pediu vista em mesa. Fizeram uso da palavra a Secretária Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira apresentando voto divergente, negando provimento ao recurso e indeferindo a inscrição com base no artigo 174 do Regimento Interno; Manifestaram-se o Conselheiro Federal Almino Afonso Fernandes, os Conselheiros Estaduais Osvaldo Antonio de Lima, Fábio de Sá Pereira e o Secretário Geral Adjunto Daniel Paulo Maia Teixeira. Em votação, aprovado por maioria o voto divergente, devendo a Secretária Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira trazer na próxima sessão o voto divergente para apreciação e votação. **PROCESSO Nº 2.888/03 – Classe I – Representação Disciplinar. RECORRENTE: J. F. M. (em causa própria). RECORRIDO: ex-offício. RELATOR: José Moreno Sanches Júnior.** O Relator fez a leitura do relatório e voto opinando pelo provimento do recurso, julgando improcedente a representação disciplinar, absolvendo o requerente das sanções aplicadas na decisão anteriormente proferida pelo Tribunal de Ética e Disciplina. Em discussão e votação, aprovado a unanimidade o voto do relator. **PROCESSO Nº 2.903/03 – Classe I – Representação Disciplinar. RECORRENTE: C. M. A. (em causa própria). RECORRIDO: ex-offício. RELATOR: Fábio Arthur da Rocha Capilé.** O Relator fez a leitura do relatório e voto onde opinou pelo conhecimento do recurso e no mérito negou-lhe provimento, devendo ser mantida a pena de censura aplicada, com base no artigo 36, Inciso II do EAOAB. Em discussão, fez uso da palavra o Conselheiro José Moreno Sanches Júnior. Em votação, aprovado a unanimidade o voto do relator. **PROCESSO Nº 593/07. – Pedido de Criação da Subseção de Paranatinga. PARTE INTERESSADA: Advogados militantes em Paranatinga. RELATOR: Pedro Marcelo de Simone.** Retirado de Pauta. **PROCESSO Nº 02/06 – CDPPP – Dispõe sobre o Sistema de Vídeo-Audiência. PARTE INTERESSADA: Comissão de Direito Penal e Processo Penal. RELATOR: Pedro Martins Verão.** O presidente Francisco Faiad informou a todos que se trata de um Projeto de Lei apresentado pelo deputado Gilmar Fabris, e que foi encaminhado uma cópia à Comissão de Direito Penal e Processo Penal e visa interrogatórios e audiências a distância para os presos e adolescentes infratores custodiados, que poderiam ser realizadas entre os Fóruns e os Presídios via Vídeo-Conferência. O presidente informou também do fundamento desse projeto que seria a agilidade no trâmite processual e a eliminação de riscos na locomoção dos presos. Que a Comissão elaborou um parecer opinando pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido projeto. Que a OAB adotou a mesma posição da Comissão e encaminhou ofício à Assembléia Legislativa, que não tomou conhecimento e aprovou esse projeto, sendo posteriormente sancionado pelo governador Blairo Maggi. Que a lei, já sancionada, foi encaminhada novamente à Comissão que ratificou seu parecer anteriormente proferido. O presidente Francisco Faiad nomeou o Conselheiro Pedro Martins Verão, que no seu voto declara que, o interrogatório como meio de defesa que é, está sob a égide dos princípios da igualdade, do devido processo legal, do contraditório da ampla defesa, da proporcionalidade, da legalidade e concluiu que a sua realização na forma virtual poderá implicar na desproporção entre o “*ius puniende*” do estado e o “*ius libertate*” do acusado. Deu parecer de que a OAB/MT deve ingressar com a ADIN da Lei Nº 8.437/06. Em discussão, fizeram uso da palavra os Conselheiros Ana Lúcia Steffanello, Fábio de Sá

Pereira, Éder Roberto Pires de Freitas, Osvaldo Antonio de Lima, Marco Antonio Dotto, Marco Aurélio de Martins e Pinheiro; Conselheiros Federais Almino Afonso Fernandes e Bruno Homem de Melo; Tesoureiro Hécio Corrêa Gomes apresentando voto divergente apenas com relação ao vício formal de inconstitucionalidade por incompetência do legislador estadual quanto a direito penal e processual penal. Em votação, por maioria foi aprovado o voto do relator. O presidente Francisco Faiad informou que o processo estará sendo encaminhado ao Conselho Federal, vez que é dele a competência para interposição da ADIN. **RESOLUÇÃO Nº 052 DE 26 DE MARÇO DE 2007 (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear a advogada Fabiane Battistetti Berlanga, para compor o Tribunal de Defesa das Prerrogativas do Advogado - Triênio 2007/2009.** Retirado de Pauta. **RESOLUÇÃO Nº 056 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear a advogada Adelina Neres de Sousa Campos, para compor a Comissão de Defesa da Mulher – Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 057 DE 12 DE ABRIL DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Adeir Alexsandro Froder, para compor a Comissão de Direitos Humanos em Rondonópolis – Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 058 DE 12 DE ABRIL DE 2007 (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear a advogada Sueli Silveira para compor a Comissão de Relações Internacionais - Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 059 DE 12 DE ABRIL DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Fábio Ricardo da Silva, para compor a Comissão do Advogado Público - Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 060 DE 12 DE ABRIL DE 2007 (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Valber da Silva Melo para compor a Comissão de Estudos Constitucionais – Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 061 DE 12 DE ABRIL DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear os advogados Antônio Pinheiro Espósito e Zoroastro Constantino Teixeira, para comporem a Comissão de Direito Penal e Processo Penal – Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 062 DE 12 DE ABRIL DE 2007 (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Everton Pacheco Sampaio para compor a Comissão de Defesa do Consumidor - Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 063 DE 12 DE ABRIL DE 2007 (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear os advogados Juliano Fabrício de Souza e Milton Martins Melo, para comporem a Comissão de Direito Civil e Processo Civil - Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade, com a inclusão do nome do advogado Wilson Roberto Lauer. **RESOLUÇÃO Nº 064 DE 12 DE ABRIL DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear a advogada Ana Lya Ferraz da Gama, para compor a Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte – Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 065 DE 12 DE ABRIL DE 2007 (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Hernan Escudero Gutierrez para compor a Comissão de Direito Penal e Processo Penal - Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 066 DE 16 DE ABRIL DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Michel José Giraldes Portela, para compor a Comissão do Jovem Advogado de Rondonópolis – Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 067 DE 16 DE ABRIL DE 2007. (ad referendum). PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Fábio Valente, para compor a Comissão do Jovem**

Advogado de Campo Novo do Parecis – Triênio 2007/2009. Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 068 DE 12 DE ABRIL DE 2007.** (*ad referendum*). **PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Carlos Eduardo Marcatto Cirino, para compor a Comissão do Jovem Advogado de Alta Floresta – Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 069 DE 16 DE ABRIL DE 2007.** (*ad referendum*). **PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão de Propriedade Intelectual e Direito Autoral – Triênio 2007/2009.** Retirado de Pauta. **RESOLUÇÃO Nº 070 DE 23 DE ABRIL DE 2007.** (*ad referendum*). **PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Ivo Aguiar Lopes Borges para compor a Comissão de Estudos Tributários e Defesa do Contribuinte – Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 071 DE 24 DE ABRIL DE 2007.** (*ad referendum*). **PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear o advogado Antônio Henrique Monteiro de Carvalho, para compor a Comissão do Jovem Advogado - Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 072 DE 24 DE ABRIL DE 2007.** (*ad referendum*). **PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear os advogados Edvaldo Ângelo da Mata e Sergio Antônio de Oliveira, para compor a Comissão do Advogado Público - Triênio 2007/2009.** Aprovada a unanimidade. **RESOLUÇÃO Nº 073 DE 24 DE ABRIL DE 2007.** (*ad referendum*). **PARTE INTERESSADA: OAB-MT. ASSUNTO: Nomear os advogados Flaviano Kleber Taques Figueiredo e Auro Mendes de Andrade, para compor a Comissão do Meio Ambiente.** Aprovada a unanimidade. **OFÍCIO S/N – PROTOCOLO Nº 2007/1834.** **PARTE INTERESSADA: Dr. Lorivaldo Fernandes Stringheta, membro da 2ª Turma do TED. ASSUNTO: Indicar como instrutora a advogada Flávia de Castro Stringheta – OAB-MT 8550.** Aprovada a unanimidade. **OFÍCIO S/N – PROTOCOLO Nº 2007/1835.** **PARTE INTERESSADA: Dr. Lorivaldo Fernandes Stringheta, membro da 2ª Turma do TED. ASSUNTO: Indicar como instrutor o advogado Rodrigo Sempio Faria – OAB-MT 8078.** **OFÍCIO S/N – PROTOCOLO Nº 2007/3102.** **PARTE INTERESSADA: Dr.ª Nilce Macedo, membro da 4ª Turma do TED. ASSUNTO: Indicar como instrutora a advogada Gabriela da Silva Bigio Tardin – OAB-MT 6822.** **Item VI - Assuntos Gerais. Palavra livre.** O Presidente comunicou a todos que se encontrava nas pastas cópia de um requerimento do Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib que propõe a implantação de um projeto de qualidade com certificação ISO para a OAB, CAA, ESA e Subseções. Que foi nomeado o Secretário Geral Adjunto Daniel Paulo Maia Teixeira para relator, que apresentará proposta oficial, devendo as sugestões e ou encaminhamentos a respeito do tema serem enviados para apresentação nas próximas sessões. O Presidente propôs para discussão e votação a apresentação da divulgação no dia 02/05/07, de uma nota desse Conselho a respeito do assassinato da advogada Andréa de Carvalho Furtado Pereira em Tabaporã, conclamando os poderes constituídos a irem até aquela cidade, que no momento não possui juiz, promotor, delegado, polícia civil e a segurança está sendo feita apenas por um cabo da polícia militar. O Conselheiro Felício Hirocazu Ikeno complementou as palavras do presidente, propondo que se nomeasse um relator para apreciar o pedido de desagravo e também a formalização de uma “Moção de Pesar” aos familiares da advogada, tendo sido aceitas ambas as propostas. O Conselheiro Éder Roberto Pires de Freitas informou que foi questionado por alguns advogados e estagiários a respeito da identificação na entrada do Fórum Cível, por causa do atraso de partes em audiência, devido a morosidade nessa identificação. Que mesmo os estagiários munidos da carteira de identificação de estágio da OAB, são impedidos de adentrarem ao Fórum sem antes fazerem o devido cadastro, causando um grande transtorno e filas enormes a entrada do Fórum. O Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib

disse que em visita ao Fórum, pode perceber essa situação e sugeriu ao diretor do Fórum que cadastrasse no sistema uma lista dos estagiários e advogados devidamente registrados nos quadros da OAB. O Presidente Francisco Faiad disse que levará esse cadastro em disquete e deixará a disposição do Fórum. O Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib solicitou que se registrasse que na última reunião que participou no Conselho Federal, a delegação de Mato Grosso, na pessoa do Conselheiro Almino Afonso Fernandes, requereu ao Conselho Federal para que oficiasse o Secretário de Segurança para providências quanto ao assassinato da advogada de Tabaporã. O Conselheiro Felício Hirocazu Ikeno justificou sua ausência nas outras sessões, devido às estradas precárias e se disse feliz por retornar a esse conselho após 3 (três) anos. O Conselheiro Fabio Arthur da Rocha Capilé falou do balcão de atendimento do Juizado Especial Criminal que é estreito demais e inviabiliza os trabalhos naquele lugar e solicitou que a OAB faça diligências com a finalidade de ampliar aquele espaço, o que foi acolhido pela presidência. O Conselheiro João Carlos Brito Rebello sugeriu que na próxima sessão todos tragam suas sugestões e ou reclamações que foram apresentadas ao Desembargador Rubens de Oliveira Filho, por escrito, a fim de se formar um documento único a ser encaminhado ao Tribunal de Justiça, o que foi acolhido pela presidência. A Conselheira Ana Lucia Steffanello indagou a mesa sobre a data do desagravo público em Tabaporã, ao que o presidente respondeu que irá avaliar o melhor meio, se por desagravo ou por ato público. A Conselheira Seila Maria Álvares da Silva falou da questão das audiências que são realizadas em Pontes e Lacerda apenas com a presença de juízes e promotores, que dizem às partes que não precisa de advogado para as audiências, ao que o presidente solicitou que fosse enviado por escrito essa denúncia, para ser encaminhada ao Tribunal de Justiça. A Secretária Geral Luciana Serafim da Silva Oliveira convidou todos os presentes a participarem do Curso de Gestão de Escritórios de Advocacia, que acontecerá nos dias 04 e 05 de maio de 2007 e aproveitou para lembrar todos do fechamento do II Congresso Matogrossense de Direito de Família e Sucessões que estava acontecendo no auditório da OAB. O Conselheiro Federal Francisco Eduardo Torres Esgaib parabenizou a diretora executiva da ESA, Dr^a Luciana Serafim da Silva Oliveira pelo nível intelectual dos palestrantes. O Presidente Francisco Anis Faiad, as 20:10 h (vinte horas e dez minutos) declarou encerrada a Sessão, do que, para constar, eu, Daniel Paulo Maia Teixeira, Secretário-Geral Adjunto, mandei lavrar a presente ata, que, conferida, segue assinada por mim e pelo Presidente, depois de aprovada pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados de Mato Grosso.



FRANCISCO ANIS FAIAD
Presidente



DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA
Secretário - Geral Adjunto